

Criada agência para vender setor elétrico



Depois de passar sem nenhum arranhão pelo Congresso Nacional, o projeto do governo de criação da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica - que vai regular a produção, transmissão e comercialização

de energia elétrica no Brasil, em substituição ao Dnaee) passou a ser lei no dia 27 de dezembro passado, quando foi sancionado pelo presidente FHC.

A Aneel foi criada para privatizar o setor e não atende as expectativas dos consumidores de energia elétrica, dos trabalhadores no setor e nem os interesses nacionais, conforme explica o deputado Fernando Ferro (PT/PE) um dos poucos defensores destes interesses durante a tramitação do projeto na Câmara. "Tentamos alterar o projeto porque ele incorpora apenas as preocupações das empreiteiras do setor. Mas como temos apenas 20% dos votos, prevaleceu a visão do deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA) notoriamente um porta voz da Odebrecht e OAS, que foi quem analisou e encaminhou o projeto de lei."

Entre as várias críticas à lei, o deputado petista salienta a proibição de que trabalhadores do setor venham a dirigir a autarquia. "Mas não é feita nenhuma restrição a quem for vinculado a uma empreiteira". Uma das emendas apresentadas por Ferro previa a instituição de uma Ouvidoria autônoma, que atenderia às reclamações dos trabalhadores e consumidores em relação às concessionárias. A lei foi assinada estipulando esta responsabilidade a um dos diretores escolhidos pelo governo. O deputado queria ainda que o Conselho Administrativo tivesse a participação dos diversos segmentos da sociedade, mas a lei acabou sem nenhuma

referência a respeito. "O máximo foi que a indicação dos diretores passe por uma sabatina no Senado".

Por causa disto, entende Fernando Ferro, a Aneel será mais um instrumento manipulado pelos interesses privados que estão negociando a compra do setor elétrico. Um exemplo: a lei prevê um subsídio a quem comprar as usinas térmicas. "Tiram das mãos do Estado para dar à iniciativa privada".

Em termos de legislação, entende o deputado há poucas alternativas. "A mobilização dos trabalhadores contra o projeto foi muito fraca. Sem pressão, acabou prevalecendo a visão privatista do BNDES nas votações na Câmara. Tudo aconteceu de forma muito passiva. Os trabalhadores devem se articular, gritar, se mobilizar contra isto. A oposição aqui não chega a 20% e, sem pressão, eles ganham todas".

Agora o deputado aguarda o anúncio do modelo de privatização do setor elétrico, previsto para final de fevereiro. "Estão anunciando que Furnas e Eletrosul serão vendidas ainda este ano. Vamos acompanhar os resultados deste trabalho e convocar então o Ministro das Minas e Energia para explicar toda esta irresponsabilidade. Eles contrataram uma empresa norte-americana para fazer este raio X do setor (avaliar e dizer como privatizá-lo). Ora, isto é uma insanidade. Nos Estados Unidos as hidrelétricas são estatais, que experiência eles têm? Não existe no mundo inteiro ninguém que tenha experiência nisto. O Brasil tem um sistema único. E mesmo nos países onde há hidrelétricas como França, Suíça, Noruega, Canadá eles não abrem mão da sua soberania e mantêm estas usinas estatais. Quem é insano de entregar o controle do uso das águas para a iniciativa privada e externa? A água é que sustenta a vida no nosso planeta. Pelos rios, além das hidrelétricas, acontece a navegação, o abastecimento das populações. Esta é uma ação criminoso do governo FHC."

Tentando economizar e regulamentar a questão, a diretoria da Celesc, através da deliberação 312/96, tomou nova posição sobre o pagamento do adicional de periculosidade. A Intercel entende que o que a empresa deve fazer é cumprir a lei: pagar os 30% a quem exerce trabalho que o leve a áreas de risco. Há funções e áreas em que todos estão nesta condição. Os sindicatos estão atentos e entrarão com medidas judiciais e práticas se os direitos destes trabalhadores forem atingidos.



Ainda sem resposta o pedido de audiência feito pela Apous, Aprosul, Intersul ao presidente da Eletrosul, Cláudio Ávila, para saber as providências que a empresa tomou em relação ao resultado da auditoria que constatou irregularidades administrativas e financeiras na Elos.



Com a orientação da cantora Cibele Oliveira, acontece nos dias 17, 22, 29 de janeiro e 5 de fevereiro, uma oficina para os interessados em descobrir e/ou aperfeiçoar sua expressão corporal e vocal. Faz parte da programação da oficina exercícios corporais de expressão e desbloqueio da emoção e criatividade; conhecimento, percepção e desenvolvimento da voz. A oficina é promovida pelo Sinergia, em cujo auditório acontecerão os trabalhos, no horário das 19h às 20h 30min, a um custo de R\$ 5,00 (para eletricitários associados) e R\$ 20,00 público em geral. Informações e inscrições no sindicato.

Pesquisa realizada em dezembro no estado constatou que a Celesc é a empresa pública que mais agrada aos catarinenses. A Celesc obteve melhor desempenho em termos de produtividade, qualidade dos serviços e atendimento aos usuários. O trabalho da Celesc foi considerado ótimo por 13% dos entrevistados, 60% responderam que ele é bom, 20% regular, 2% ruim e outros 2% péssimo (1% não responderam).



Em 96 as estatais tiveram um ótimo desempenho no mercado e um lucro assombroso se comparado com a iniciativa privada. O lucro nas estatais foi de 286%, enquanto que nas empresas privadas ele ficou nuns míngados 33%. O lucro acumulado pelas estatais foi de R\$ 4,9 bilhões de janeiro a setembro de 96 e foi puxado pela Eletrobrás, que aumentou seus ganhos em 1.257%. A pesquisa comparou seis estatais (Eletrobrás, Telebrás, Petrobrás S.A, Vale do Rio Doce, CPFL, Petrobrás Distribuidora) com 16 grandes companhias privadas de diversos setores da economia.

Passou despercebido para os mais desatentos, por isto vale o registro. Dias depois da "paralisação" dos trabalhos em Itá, o BNDES deu um financiamento de R\$ 173,5 milhões à Itá Energética, empresa constituída para implantar e explorar a usina formada pelos integrantes do consórcio que venceu a licitação feita pela Eletrosul para acabar a obras de Itá.

LINHA VIVA

Nº 394
16/01/97

CELESC

Prazo para recurso do PCS é fevereiro

Na semana passada quase 700 trabalhadores da Celesc apreciaram a resposta de seus recursos referente ao Plano de Cargos e Salários dada pelo DPRH. Alguns recursos não foram inteiramente contemplados. Por isto agora: 1) quem não concordou com o termo de transposição (onde está contido o cargo funcional e a referência salarial), deverá recorrer de novo, desta vez ao Conselho de Recursos Humanos (CRH);



2) quem recorreu e ainda não obteve resposta deverá receber uma correspondência do DPRH até final de janeiro e, com esta resposta fazer novo recurso, este também ao CRH. Os sindicatos tem à disposição um formulário para isto. O prazo para entrar com recurso será até final de fevereiro. Todos casos pendentes serão motivo de análise e deliberação no CRH, mesmo os que estavam fora dos critérios do PCS.

Participe da avaliação de desempenho

Durante o mês de janeiro a Intercel estará divulgando nos locais de trabalho a proposta da Celesc para avaliação de desempenho. Os sindicatos farão reuniões com os trabalhadores para esclarecê-los sobre o assunto e levantar propostas. Antes da decisão do CRH sobre o tema serão feitas assembleias para encaminhar as deliberações dos empregados. Os desdobramentos

dos critérios a serem aprovados repercutirão em julho deste ano, havendo a possibilidade de aumento salarial para parte dos trabalhadores. Por isto é importante a participação de todos, lembra a Intercel. Em 1997, conforme o PCS, o crescimento será por mérito e em 1998 será por antiguidade. Nos dois casos serão aplicadas as avaliações de desempenho.

SOBREAVISO

Na reunião da Intercel realizada dia 14 de janeiro, em Blumenau, foi analisada a proposta de acordo da diretoria da Celesc sobre o sobreaviso. Os dirigentes sindicais fizeram várias alterações que serão encaminhadas à Diretoria Administrativa. Se o acordo for assinado os trabalhadores da Celesc estão perto de terem uma regulamentação unificada na empresa sobre o assunto.

Operação veraneio em perigo

Os empregados da Celesc que trabalham no plantão da agência regional de Florianópolis, em carta à Administração Regional comunicaram que não serão responsáveis por quaisquer manobras ou operações realizadas pelo pessoal das empreiteiras, mesmo que atuando em duplas ou turmas compostas com pessoal efetivo da empresa.



A Celesc andou contratando empreiteiras para a realização de serviços de manutenção de redes de distribuição (Operação Veraneio) e determinou que o pessoal das empreiteiras trabalhe em conjunto com o pessoal efetivo da Celesc. Mas, como dizem os 35 eletricitários que assinaram a carta ao Administrador Regional, "o pessoal de

Celesc, que operam no plantão, são responsáveis pela supervisão dos serviços realizados pelo pessoal das empreiteiras".

O Sinergia ao tomar conhecimento da situação enviou correspondência relatando a situação e pedindo providências à Delegacia Regional do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho e ao Diretor Administrativo da Celesc.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 6.100 exemplares. Conselho Editorial: Dinivaldo Gilioli, Arno Velga Cugnier, Mauro G. Passos, Viviani Bleyer Renner, Antonio Valdir Vituri e Olga Leocádia Vieira. Editores: Marli Cristina Scamozon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (048) 224-9114 Telefax: (048) 224-9104. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

REELEIÇÃO X FRUSTRAÇÃO

MAURO PASSOS
vereador/diretor do
Sinergia

A semelhança do Brasil com a Argentina impressiona e preocupa. O projeto político/econômico implantado no país vizinho é copiado nos mínimos detalhes pelo "tucanato" verde-amarelo.

Agora, como foi lá há três anos, o assunto em pauta é a reeleição do atual presidente da República. Querem com isto, na prática, aumentar o tempo do mandato para permitir que sejam implementadas integralmente as políticas ditadas pelos interesses internacionais que, em função das reações existentes, ainda não conseguiram de todo consolidá-las.

Para isto vale tudo. Sem nenhum constrangimento pararam o país. Sem nenhum pudor gastam os escassos recursos públicos convocando extraordinariamente o Congresso para debater um assunto que jamais deveria se colocar como prioridade de uma Nação.

Também como Menem, durante o processo que tratou de sua reeleição, FHC se utiliza dos meios de comunicação para passar para a opinião pública a idéia de que depende da reeleição o futuro do país. Nada mais falso e inconsequente.

Como toda grande mentira tem pernas curtas, novamente vamos buscar no país vizinho, que já teve a triste experiência de se iludir com esta farsa, a prova que desmistifica este discurso baseada na dura realidade que atualmente convivem os argentinos.

Segundo recente pesquisa feita pelo jornal La Nacion, 79% dos argentinos desaprovam o governo Menem: 60% dos argentinos consideram que o desemprego é

consequência da política econômica adotada por Menem e 58% se consideram mais empobrecidos depois do governo Menem. A deterioração da situação política e econômica é apontada como a principal razão deste descontentamento e o desemprego é o tema que mais preocupa os argentinos. Também, segundo pesquisas de opinião pública publicada pela imprensa argentina, o índice de aceitação do presidente (recentemente reeleito) é de apenas 12%.

Menem, como se sabe, já fez praticamente tudo que os interesses internacionais mandaram que fizesse. Vendeu as estatais, estradas,

portos, ferrovias, bancos e outras "cositas" mais. O desemprego atingiu índices nunca antes observados (18% na grande Buenos Aires) e os aposentados vivem à beira da miséria absoluta.

Agora que falta ainda para Menem cumprir é a chamada flexibilização dos direitos trabalhistas (aliás uma novidade que o governo FHC vem mostrando muito interesse) cuja primeira tentativa se deu através dos Decretos 1553, 1554 e 1555, editados em 18 de dezembro passado. Com estes decretos Menem pretendia acabar com os Acordos Coletivos de Trabalho, fim das negociações por ramo de atividade e permissão para as empresas negociarem diretamente com comissões internas de empregados, sem a presença dos sindicatos.

As reações a estes decretos foram imediatas. As Centrais Sindicais em plena semana entre o Natal e o Ano Novo (dia

26 de dezembro) promoveram a 4ª Greve Geral do ano de 1996. Os deputados da oposição entraram com recurso na Corte Suprema argumentando a inconstitucionalidade dos decretos, por atingirem direitos adquiridos.

No dia 3 de janeiro, o juiz Julio Garcia Martinez anulou os decretos que tratavam da "flexibilização" do trabalho por entender que feriam a Constituição.

No dia 5 de janeiro, o jornal Clarin, um dos principais jornais da Argentina, ocupa a capa com a seguinte manchete: "El juez que paró los decretos dice que la justicia está amenazada". Numa extensa matéria que ocupa as páginas 2 e 3 do jornal, o presidente Menem diz que denunciará o juiz Garcia Martinez, de 77 anos, ao Congresso, para ser julgado por crime político. Segundo o jornal, Menem irritado, comentou que o juiz não tinha se compadecido com a seriedade dos temas que estão sendo tratados nos decretos. Já a oposição se pronunciou através da deputada Nilda Garré ressaltando a importância do despacho do juiz como um triunfo que beneficiaria milhões de argentinos que tiveram reconhecidos seus direitos trabalhistas. Disse também que a decretomania presidencial deve ser detida antes que produza consequências irreparáveis para a nação.

Infelizmente um tema que está polarizando a opinião pública argentina como este, capa dos principais jornais daquele país, sequer é comentado aqui.

Ressaltar e enfatizar o que está se passando na Argentina é fundamental para uma melhor compreensão do problema. As políticas que lá foram implantadas e o discurso que lá foi utilizado, tinha como objetivo primeiro reeleger o presidente Menem. Dentro desta estratégia o resultado foi exitoso. No entanto, o que se observa agora é que as consequências deste "resultado exitoso" frustraram, em muito, a expectativa de toda uma sociedade.

Portanto, nós que estamos passando por um processo muito semelhante ao que transcorreu na Argentina e que já estamos sentindo o fantasma do desemprego, as consequências do desmonte do Estado e a falta de uma política própria de desenvolvimento, devemos mais do que nunca estamos preparados e dispostos a resistir a esta onda de globalismo, que por onde passa tem deixado profundas e irreversíveis sequelas.



CLUBE DE INVESTIMENTOS (OU LAMENTOS?)

Cleuse Gomes
Representante sindical/Celesc

Lamento, mas quem cair nesta mais recente arapuca do neoliberalismo vai lamentar bastante.

A criação de um clube de investimentos tem um único objetivo: obter o aval da categoria para a privatização.

Ludibriando a categoria, fazendo-nos sentir, por algum tempo, que somos portadores de ações da empresa (10% é o máximo que podemos conseguir em ações, e sem direito a voto), com poder, fazendo-nos sentir importantes, com falsas juras de uma gestão participativa, o processo de privatização seguirá o curso arquitetado pelo governo.

E o governo vai ao delírio, enganando-nos mais uma vez.

O queijo desta armadilha são as ações companheiros, só que o governo não está considerando o mais importante desta história - nós, funcionários da Celesc, decididamente não somos ratos.

Não vamos cair nesta de comprar ações.

Queremos a Celesc pública e, ao compactuarmos com este plano sujo, estaremos dando continuidade à privatização.

Como vamos poder criticar que outros comprem ações de nossa empresa se nós mesmos fizemos isto?

Por isto companheiros, não se iludam, o lucro que por ventura poderão ter com a compra das ações, jamais pode ser comparado com a tranquilidade que teremos ao sabermos que lutamos até o fim pelos nossos empregos, pela garantia da continuidade de fornecimento de energia com qualidade, pela qualificação de nossa mão-de-obra, pela tarifa justa e pelo lucro, que a Celesc enquanto empresa pública produz.

Temos que investir sim, mas contra aqueles que querem monopolizar a nossa empresa, tirar nossos empregos, onerar a tarifa elétrica, desqualificar nossa mão-de-obra, enfim, criar mais um caos social neste país já tão caótico.

Convite

Convidamos a todos os Democratas, Progressistas, enfim, todos os Cidadãos para participar do lançamento do Fórum Catarinense Contra a Reeleição.

16 de janeiro,

Plenário da Assembléia Legislativa

GÊNERO, SEXO E IDENTIDADE

ARI JOSÉ SARTORI

Assessor de Formação e Cultura/ Sinergia

A associação entre sexo, gênero e sexualidade é corrente tanto nos trabalhos acadêmicos, quanto em conversas de mesas de bar. E não é para menos. Há uma ligação muito grande entre anatomia (biologicamente dado) e papéis sociais de homens e mulheres (socialmente construídos). Assim, a criança logo ao nascer é "rotulada" conforme os atributos de gênero: aos meninos a cor azul, sem brinco, força, ação, controle dos sentimentos; às meninas, serão reforçados atributos como delicadeza, passividade, atividades domésticas...

Segundo o antropólogo português Miguel Valle de Almeida, a distinção entre sexo e gênero é fundamental para investigar a masculinidade e a feminilidade. Essa diferenciação também é utilizada em algumas disciplinas. Na antropologia, principalmente nos estudos sobre gênero, esta distinção se faz com base nas diferenças entre a biologia e a cultura.

Também a teoria crítica feminista, a partir dos anos sessenta, fez uma separação conceitual de sexo e gênero, dando a entender que gênero é elaboração cultural do sexo.

Para alguns autores como Robert Stoller, sexo e gênero não estão diretamente relacionados, embora masculinidade combine com a qualidade de ser homem e feminilidade com a de ser mulher. Exemplificando: a situação muito comum de um homem, que tem filhos e que casou algumas vezes, mas tem um comportamento que poderia ser caracterizado como "efeminado" (gestos delicados, voz "fina", grande senso de paternidade (ou "maternidade")). O que temos nesta situação: um homem biologicamente perfeito, mas com impulsos e comportamento femininos. Esta situação é explicada por este psicanalista: a masculinidade, diz ele, "é uma *qualidade* que é sentida, isto é, uma *convicção*" e que, portanto, "não são verdades eternas, pois podem se modificar junto com as mudanças que ocorrem na sociedade". Ou seja, a pessoa "está" e não "é" masculino. Na nossa cultura, um homem assim é considerado homossexual, pois o papel social representado por ele está colado, na concepção da grande maioria das pessoas, com o objeto de desejo sexual.

Mas, sexo o que é? Sexo se entende o *gênero* (macho ou fêmea) com que nasce uma criança. É considerado o estágio mais inicial do desenvolvimen-



Sinergia também discute gênero

Numa iniciativa do Sinergia, foi criado em novembro passado um coletivo intersindical de gênero. O coletivo conta com a participação de trabalhadores em empresas estaduais da agricultura, eletricitários, bancários e vigilantes. Nesta primeira reunião o coletivo debateu sobre as relações de poder no ambiente de trabalho. Na primeira quinzena de março o coletivo volta a reunir-se, em data a ser definida e divulgada no Linha Viva.

to da masculinidade e da feminilidade, pois como a anatomia é a referência mais importante para classificar as pessoas, temos, dois gêneros: machos e fêmeas, o masculino e o feminino. Essa rotulação, é dada desde o nascimento, e se transforma no primeiro critério de identificação de uma pessoa. Essa identificação inicial é o que vai se constituir, no Núcleo da Identidade de Gênero, consolidando a masculinidade (nos meninos) e a feminilidade (nas meninas) entre a idade de 2 a 3 anos e que é praticamente inalterável. Esse núcleo se forja na convicção de que ao se designar o sexo da pessoa foi anatômica e psicologicamente correta. Dessa forma, a determinação da identidade do comportamento de gênero não é o anatômico, senão o fato do indivíduo ter desde o nascimento vivido *experiências, ritos e costumes* atribuídos a certos gêneros.

Stoller afirma que a "identidade de gênero de qualquer pessoa é a mescla de masculinidade e feminilidade, encontrada ambas em um mesmo indivíduo e o que diferencia é a intensidade, a forma e o grau". Esta concepção, ao meu ver, está contribuindo e muito para a desconstrução de práticas e valores socialmente definidos e também para a "desnaturalização" de muitas questões, como cuidados e educação dos filhos, trabalhos domésticos e profissionais, entre outros.

A questão que surge é como pensar a problemática de gênero, a partir do sexo. Nos anos sessenta, o movimento feminista tinha como princípio a exclusão dos homens desta discussão. Aos poucos surge o debate de gênero, numa perspectiva relacional e não mais dentro da lógica da "guerra dos sexos".

A partir daí questões fundamentais são colocadas, dentre elas a necessidade de pensar as relações sociais articulando com as múltiplas identidades que constroem a identidade dos indivíduos como etnia, religião, classe social e gênero.

Também para os trabalhadores e as trabalhadoras, a discussão sobre as relações de gênero é um elemento importante na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, mas onde as diferenças de gênero possam se expressar. Para o movimento sindical, comprometido com estas transformações, está reservado o papel de articulador e aglutinador destas questões que estão cada vez e sempre mais presentes no cotidiano tanto de homens, quanto de mulheres.